



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

Ata da 121ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.

Data: 10 de novembro de 2015, às 13h30min.

Local: Auditório Centro de Referência da SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente -

Av. José Correia Machado, 900 - Bairro Ibituruna - Montes Claros/MG.

1 Aos 10 de novembro de 2015, às 13h30min, reuniu-se a URC – Unidade 1 Regional
2 Colegiada do Norte de Minas, no Auditório Centro de Referência da SEMMA -
3 Secretaria Municipal do Meio Ambiente - Av. José Correia Machado, 900 - Bairro
4 Ibituruna - Montes Claros/MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros
5 Titulares e Suplentes: como Presidente Ângelo Márcio Gomes de Melo,
6 Superintendente da SUPRAM Jequitinhonha; Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento – SEAPA: 1º Suplente: Reinaldo Nunes de Oliveira;
8 Secretaria de Estado de Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais - SEDINOR:
9 Titular: Juliana Veríssimo Pacheco; SEDRU; 1º Suplente: Felix Vinicius Froes
10 Medeiros; Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP: 2º Suplente:
11 Leander Efren Natividade; Procuradoria Geral de Justiça – PGJ: Titular: Daniel
12 Oliveira de Ornelas; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis – IBAMA: 1º Suplente: Ney de Magalhães Barbalho; Prefeitura Municipal
14 situada na área de abrangência da URC; 1º Suplente: Edvaldo Marques Araújo; Comitê
15 de Bacia Hidrográfica dos rios Jequitaí/Pacuí – SF6: 2º Suplente: Robson Rafael
16 Andrade; Federação das Industriais do Estado de Minas Gerais – FIEMG : Titular: Ézio
17 Darioli; Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG, atuando na
18 região de abrangência: Titular: Juvenal Mendes Oliveira; Federação dos Trabalhadores
19 na Agricultura do estado de Minas Gerais - FETAEMG: Lindon Batista Neves;
20 Federação das Associações Comerciais, industriais, Agropecuárias e de Serviços do
21 Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS: Titular: Edilson Torquato; Associação
22 Brasileira de Engenharia Sanitária: 1º Suplente: José Ponciano Neto; Representantes de
23 entidades civis representativas de categorias de profissionais liberais ligadas à proteção
24 do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida: Titular OAB: Wellington Ricardo
25 Tavares Cardoso; Representante de entidade ambientalista legalmente constituída no
26 Estado para proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, assim cadastrada no
27 cadastro Estadual de Entidades Ambientistas – CEES, nos termos da Resolução
28 SEMAD nº 1.573, de 26 de Abril de 2012: Titular: Sóter Magno Carmo; ;
29 Representantes de não-governamentais com mandatos vigentes em Conselhos
30 Municipais de Meio Ambiente – CODEMA's: Titular: Renan Laughton Milo.
31 Estiveram também presentes Aramis Mameluque Mota, Superintendente da SUPRAM
32 NM, Yuri Rafael de Oliveira Trovão, Diretor de Controle Processual da SUPRAM NM,
33 e técnicos da SUPRAM NM.
34 O **Presidente Ângelo Márcio Gomes de Melo**, Superintendente da SUPRAM
35 Jequitinhonha declara aberta a 121ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada
36 Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM –, no dia 10 de
37 novembro de 2015, às 13h40min, no auditório do Centro de referência da SEMMA –
38 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Av. José Correia Machado, 900 - Bairro



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

39 Ibituruna - Montes Claros. Convida todos para, de pé, ouvirem o Hino Nacional
40 Brasileiro.

41 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

42 **2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e**
43 **Desenvolvimento Sustentável, em exercício, Dr. Nalton Sebastião Moreira da Cruz.**

44 O **Presidente** passa ao item 3 da pauta

45 **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais.**

46 O **Presidente** abre a palavra aos Conselheiros. O **Conselheiro Daniel Oliveira de**
47 **Ornelas**, representante da Procuradoria Geral de Justiça, diz que quer fazer dois
48 destaques. Lamenta imensamente o incêndio que está ocorrendo no Parque Estadual da
49 Lapa Grande. Diz que chegou a supor que essa reunião pudesse ser adiada em razão de
50 algum Conselheiro atuar na brigada de incêndio ou auxiliando de alguma forma seja a
51 Polícia Militar ou outros mais no combate a mais uma tragédia que acontece aqui na
52 região tão castigada pela falta de água pela falta de chuva e pela degradação ambiental.
53 Diz que outro ponto é a tragédia ocorrida em Mariana, na Mineradora Samarco, com o
54 rompimento da barragem que ocasionou o maior desastre ambiental da história de
55 Minas Gerais, cujos impactos são sequer mensuráveis até o momento. Diz que o
56 Ministério Público criou uma força-tarefa para atuar, intervir nesse caso de maneira
57 prioritária. Diz que esse acidente serve de reflexão para todos, principalmente os
58 Conselheiros desta Unidade Regional Colegiada, para por a mão na consciência, parar,
59 refletir sobre o que se decide aqui a cada mês. Frisa que queria que todos refletissem, e
60 aí também incluindo a SUPRAM com a equipe técnica e jurídica, para que nas análises
61 dos próximos processos, se dê tempo, se dê tranquilidade para que a equipe da
62 SUPRAM possa analisar com a devida calma. Diz que esse caso específico de Mariana
63 demonstrou que, ainda tendo sido levantados os problemas com a barragem em 2013,
64 mesmo assim a tragédia aconteceu, a licença foi deferida. Diz que serve para todos
65 refletirem e, quando forem decidir, tenham a tranquilidade, principalmente se a equipe
66 técnica e jurídica tiverem o tempo adequado para fazer a análise e emitir o parecer. **Um**
67 **Conselheiro** que não se identifica diz que faz suas as palavras do Conselheiro Daniel, e
68 traz para essa reunião um caso de Montes Claros, que leu, viu não sabe onde, de umas
69 dinamites que foram colocadas, não sabe se com recomendação técnica, na saída de
70 Januária, e não se teve como retirá-las. Diz que a estrada foi fechada. Não sabe como
71 está a situação lá. Diz que parece que a coisa está longe, mas ela está pertinho da gente
72 também. O **Conselheiro Ézio Darioli**, representante da FIEMG, diz que, a pedido do
73 pessoal da região do Alto Rio Pardo que está encaminhando uma moção aos
74 Conselheiros, que deve chegar até a SUPRAM. É uma moção dos maçons da Loja
75 Maçônica Deus e Liberdade nº 132 do Oriente de Taiobeiras. É uma manifestação do
76 povo de Taiobeiras e região referente à situação calamitosa que enfrentam em função da
77 seca e falta de água. Agora estão começando a pegar água na barragem de Salinas. Diz
78 que vai fazer a leitura, porque acha importante que todos conheçam essa manifestação.
79 Faz a leitura da moção. Diz que está irmanado nesse processo de se trabalhar para
80 conseguir a solução para essa situação dessa região. O **Conselheiro Sóter Magno**
81 **Carmo**, representante da Organização Vida Verde, diz que espera que essa barragem
82 não venha a servir para irrigação de plantio de eucalipto e plantador de café daquela
83 região. Que ela realmente seja para dessedentação animal e para matar a sede de muita
84 gente que nesse momento pede o socorro que se acabou de ler. Diz que se sabe que
85 aquela região está secando e todo mundo sabe por que foi. Observa ainda que, diante de
86 todo o flagelo porque passa o Norte de Minas com a falta de água, se tem o flagelo dos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

87 incêndios florestais, a maioria deles criminosos. Diz que se sabe que tem gente
88 colocando fogo em alguns pontos da região de Montes Claros. Diz que, infelizmente é
89 uma denúncia que se faz um tanto quanto infundada porque não se consegue provar.
90 Deixa sua indignação com respeito ao Governo do Estado que rompeu nesse ano os
91 convênios do Previncêndio com a Polícia Ambiental, com o Corpo de Bombeiros. Frisa
92 que o dinheiro que o Governo do Estado quis economizar com a não renovação desses
93 convênios está gastando agora no combate, e sem dizer que está colocando em risco a
94 vida de várias pessoas. Diz que se tem que dar um basta nessa questão, pois um simples
95 palito de fósforo, uma única pessoa está causando tudo isso. E centenas de pessoas,
96 milhares de pessoas vão sentir o impacto disso. **O Conselheiro Wellington Ricardo**
97 **Tavares Cardoso**, representante da OAB, diz que quer registrar um esclarecimento
98 sobre os explosivos da mineradora. Diz que a empresa ingressou com uma ação cautelar
99 pleiteando liminar para que fosse autorizada a detonação. A juíza plantonista negou a
100 liminar e, de ofício, determinou que fosse feita a remoção do explosivo no prazo de 72
101 horas. Na segunda feira, foi proferida uma nova decisão pela juíza titular
102 reconsiderando e autorizando a detonação. Diz que não sabe se já ocorreu a detonação,
103 porque estava fora da cidade. Se não ocorreu, vai ocorrer em breve, se essa decisão não
104 for acatada e revista a nível de Tribunal. Diz que há outra questão que gostaria de
105 esclarecer. Andando pela região do Pentáurea, observou que está havendo o
106 desassoreamento da represa do Pentáurea, a retirada de rejeitos, e gostaria de saber se
107 passou pelo crivo dos órgãos ambientais, se tem autorização e como foi feito esse
108 procedimento. Diz que sua preocupação não é o desassoreamento em si, mas onde o
109 material está sendo colocado o material retirado. Pede que as autoridades encarregadas
110 acompanhem de perto e façam o monitoramento para que não se resolva um problema
111 dentro do clube e se traga o problema para a população que fica no entorno. **Aramis**
112 **Mameluque Mota**, Superintendente da SUPRAM NM, diz que, em relação aos
113 explosivos, já foi feita autorização pela juíza. Diz que foi feita a explosão na terça-feira
114 e espera que não haja problema de integridade das cavidades. Quanto ao
115 desassoreamento da lagoa do Pentáurea, foi feita uma autorização, uma outorga
116 emergencial prevista em lei. Diz que há outros pedidos. Diz que, em relação ao crime
117 ambiental na bacia do São Lamberto, está-se estudando também porque mesmo a
118 autorização emergencial prevê um mínimo de requisitos. **O Conselheiro Robson**
119 **Andrade**, representante do Comitê Jequitáí/ Pacuí, diz que barragem da Caatinga está
120 com muito vazamento e corre-se o risco, numa cheia, de se romper o barramento e não
121 se sabe a proporção desse acidente. Frisa que há quatro anos vem fazendo denúncias, já
122 comunicou o INCRA, que é proprietário da terra, o Parque da Sempre-Viva,
123 CODEVASF, RURALMINAS, DNOCS, SUPRAM, todos os órgãos ambientais, e
124 ninguém toma providência. Diz que o município de Bocaiúva, onde está localizada a
125 barragem, não tem condição de fazer intervenção nenhuma, nem técnica nem financeira,
126 e se está esperando o acidente acontecer para depois se lamentar. **O Conselheiro José**
127 **Ponciano Neto**, representante da ABES/MG, diz que esteve lá há poucos dias e fez
128 algumas fotos. A secretária do Comitê está fazendo um documento para o Robson
129 apresentar em Brasília no dia 24. Diz que vai aproveitar as fotos para apresentar, na
130 Assembleia Federal Legislativa do Grande Oriente do Brasil, no dia 05, às 9h. Diz que a
131 barragem está com o vertedouro comprometido. Diz que está fazendo um relatório bem
132 sucinto sobre o problema de infiltração no pé da barragem. Seria um desastre maior que
133 o de Mariana porque logo embaixo tem Engenheiro Dolabela, Francisco Dumont,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

134 Jequitaiá, Laranjeira. Já se fizeram reuniões com diversos órgãos, mandou-se um
135 documento ao Ministério Público e nada foi feito. Destaca que é um acidente anunciado.
136 Quanto ao acidente, ao crime ambiental ocorrido na Serra do Mel, fazenda de
137 Valdomiro Marcondes, serra do Ibituruna, diz que já tinha citado na reunião passada.
138 Questiona qual é a culpa do IEF nisso. Diz que muitas vezes se põe uma condicionante
139 por causa de uma cavidade que abriga mocó ou coruja, se o “cara” descumpre a
140 condicionante, ele é penalizado. Em relação ao parque, diz que o IEF não foi punido em
141 momento algum, durante esses 15 anos por tantos incêndios lá ocorridos. Diz que a
142 gerente do parque é uma pessoa excepcional, de grande capacidade, mas entende que,
143 para preservar a integridade física do parque, a gerente do parque deveria renunciar.
144 Sugere que o Ministério Público procure o IEF em Belo Horizonte e questione a
145 situação dos parques. A **Conselheira Juliana Veríssimo Pacheco**, representante da
146 SEDINOR, diz que concorda com o Conselheiro Ponciano. Diz que é fácil falar em
147 meio ambiente em ar condicionado. Diz que gostaria de falar também sobre o pedido da
148 Maçonaria de Taiobeiras. Diz que é de lá e sabe a situação crítica em que o município se
149 encontra. Antigamente Taiobeiras tinha muito mais água que Salinas. Depois que se fez
150 a barragem de Salinas, acabou o problema de lá. Taiobeiras tem uma barragem em
151 andamento há 17 anos. É um imbróglio. Diz que se não houver ajuda de todo mundo,
152 interesse dos próprios munícipes, não se resolve. Diz que sabe da responsabilidade do
153 Conselho, mas fala como cidadã que convive com esse problema. Como Secretária-
154 adjunta da SEDINOR, tem pessoas diariamente procurando-a, não só de Taiobeiras,
155 mas de toda a região. São 32 municípios do Norte, Nordeste, Jequitinhonha que não
156 têm água na sede do município. Diz que outro problema por que o Norte de Minas passa
157 é com relação às pedreiras. Hoje não tem onde comprar brita, material para obra. Como
158 não tem onde comprar, o município do Norte de Minas vai buscar cascalho em Sete
159 Lagoas. Quanto à detonação, diz que havia, além do laudo do Corpo de Bombeiro, um
160 laudo do Exército. A partir do momento em que é colocado, é impossível desarmar.
161 Frisa que a Juíza que deferiu o pedido de detonação agiu muito corretamente, até porque
162 é uma região próxima daqui, é passível de incêndio. Se ocorresse qualquer tipo de
163 acidente natural, seria de proporção muito complicada. O **Conselheiro Juvenal**
164 **Mendes Oliveira**, representante da FAEMG, quanto à preocupação do Conselheiro
165 Ponciano em relação à barragem de Dolabela, diz que, há alguns anos, elaborou um
166 trabalho fotografado mostrando que o vertedouro da barragem poderia romper. Isso foi
167 repassado ao secretário de Meio Ambiente, diretamente a ele, e ao IGAM, e vê que
168 agora em 2015, a situação continua a mesma. Com relação aos deveres do Estado com o
169 parque, diz que não chegaria a pedir a cabeças de ninguém. Diz que o que se precisa é
170 rever conceitos. Diz que por duas vezes, fala em nome da FAEMG, Sindicato Rural de
171 Montes Claros e Sociedade Rural, se reuniu com o IEF e sugeriu que procedimentos
172 tomar para proteger o parque. Enquanto milhares de cabeças de gado morrem, ali há
173 pasto para três a cinco mil cabeças de gado. Esse pasto não pode ser erradicado por
174 herbicida, pela água que abastece a cidade de Montes Claros. Esse pasto não pode ser
175 combatido com gradeação, porque vai brotar mais pasto ainda. A solução que se deu é



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

176 que esse pasto teria que ser pisoteado por animais comendo esse pasto até a raiz, com
177 superpopulação. Não havendo pasto, não havendo concorrência, as espécies nativas
178 brotam. Gado não come árvore, come pastagem. Se a reserva tem capim e ele não for
179 combatido, comido pelos animais, ele vira um barril de pólvora no período da seca. Diz
180 que é preciso mudar o pensamento. É preciso mudar a mente para técnicas que possam
181 evitar o problema. Diz que é preciso mudar conceitos. O Conselheiro pode ajudar,
182 reunir com o IEF, reunir com a SUPRAM e buscar soluções que façam com que
183 realmente se protejam essas unidades de conservação. O **Conselheiro Felix Vinicius**
184 **Froes Medeiros**, representante da SEDRU, diz que trabalha na COPASA, no
185 planejamento, tem conhecimento e formação na área de meio ambiente. Manifesta seu
186 apoio à moção da Maçonaria de Taiobeiras, que a COPASA está abastecendo
187 totalmente com caminhões-pipa, como colocou a Conselheira. Diz que a barragem de
188 Berizal é uma luta de toda aquela região. O **Conselheiro Daniel Oliveira de Ornelas**
189 diz que quer repetir o que falou na reunião passada, já que se levantou a questão do IEF
190 e a gestão das unidades de conservação. Diz que o IEF é responsável pela gestão e
191 implementação da unidade de conservação. Mas a discussão é muito mais ampla. Não
192 tem condição de fazer isso se o poder executivo não fornece meios para que ele possa
193 fazer a gestão dessas unidades. Diz que foi falado na última reunião que se chegou a um
194 ponto em que o Estado não quis mais conversar, dialogar sobre a efetiva implementação
195 das unidades de conservação e fez com que se judicializassem, pelo menos aqui no
196 Norte de Minas, 15 ações para regularizar e implementar as 17 unidades de conservação
197 que hoje existem. Restam apenas a APA Cochá/Gibão e o Parque Estadual da Lapa
198 Grande cujo inquérito está sob a condução da Dra. Aluísia, que vem, dentro do possível,
199 conduzindo de forma brilhante, para que o Parque seja efetivamente implementado. Diz
200 que, por incrível que pareça, o Parque Estadual da Lapa Grande é um dos melhores, se
201 não o melhor, do Norte de Minas, para se ver como é crítica a situação. O **Conselheiro**
202 **José Ponciano** diz que esteve na ANA três vezes em Brasília, com o Superintendente
203 de Regulação Rodrigo, pedindo outorga para fazer um pequeno barramento no rio em
204 Taiobeiras e não conseguiu porque um empreendedor a montante já tinha sua outorga. E
205 não autorizaram à COPASA para abastecimento público uma nova outorga. Depois de
206 um contato em Janaúba com Rodrigo, ele autorizou pegar água na barragem do
207 empreendedor a 17 quilômetros. A COPASA montou um sistema de elevatória, jogou a
208 água no rio, mas a água não chegou a Taiobeiras, O trabalho foi todo jogado fora e até
209 hoje não se conseguiu a outorga para fazer esse pequeno barramento para abastecer
210 Taiobeiras. O **Conselheiro Sóter Magno Carmo** diz que O Major Paulo Eliedson
211 telefonou pedindo para justificar a falta, pois está no combate ao incêndio florestal. Diz
212 que não vai defender o pessoal do IEF nem o pessoal da Lapa Grande. A verdade, a
213 realidade tem que ser dita. Nenhum dos incêndios florestais que aconteceram no ano
214 passado e neste ano aconteceu no Parque. Todos aconteceram em fazendas no entorno
215 do Parque. No ano passado foi um incidente. Uma infelicidade muito grande do pessoal
216 da Cemig que provocou um incêndio muito grande. Essa região do Parque tem uma
217 característica natural favorável ao fogo porque trem muito capim no entorno. Quando



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

218 Parque foi concebido, era uma fazenda ou fazendas que foram desapropriadas e assim
219 existe uma grande massa para ser queimada. Diz que é testemunha ocular que o pessoal
220 do IEF faz um trabalho de conscientização no entorno. Infelizmente estão acontecendo
221 incêndios colocados no entorno do Parque. Destaca a importância das unidades de
222 conservação para o Norte de Minas. A água que ainda existe no Norte de Minas está
223 saindo das unidades de conservação. Não fosse o Parque da Lapa Grande, Montes
224 Claros estaria com problema de abastecimento. No Alto Rio Pardo, no Parque estadual
225 de Serra Nova, na Serra do Cabral, todas são regiões de unidades de conservação onde
226 ainda existe um pouco de água. **Aramis Mameluque Mota**, Superintendente da
227 SUPRAM NM, diz que seria interessante se pudesse fazer um documento da Secretaria
228 de Meio Ambiente, da Superintendência, do IEF, um levantamento em relação à
229 pastagem como se referiu o Conselheiro Juvenal. Talvez se pudesse fazer um tipo de
230 manejo que traria até renda para o Parque. Sugere que se faça um grupo de pessoas que
231 se preocupam com o meio ambiente para fazer um documento para o governo
232 solicitando esse tipo de manejo. Diz que a COPASA é co-gestora e tem um poder muito
233 grande junto ao governo de interferir. O maior beneficiário do parque é e própria
234 COPASA que retira uma água de qualidade para fornecer à população. Poderia haver
235 um entendimento da COPASA junto à SEMAD e ao IEF. Diz também que, no intuito de
236 viabilizar a barragem de Berizal e Congonhas, propôs-se uma reunião na SUDENOR,
237 devido a sua demanda, e se convidou um grande número de Conselheiros, há uns 20
238 dias, Levantou-se a situação das barragens, as dificuldades. O DNOCS apresentou a
239 demanda de um recurso que tem que ser empenhado até 04 de dezembro. Diz que
240 extraoficialmente se está prevendo uma reunião extraordinária do Conselho para o dia
241 26 de novembro, quinta-feira, para a qual todos serão convidados e convocados, para se
242 tentar salvar esse recurso para este ano. O **Conselheiro José Ponciano** diz que o
243 decreto do governo contempla a COPASA como Co-gestora, mas, devido à arrogância
244 de ex- Superintendente do IEF, ela sempre determinou a COPASA a vir junto com ela
245 ao Parque. Tanto que para entrar no Parque, a COPASA tem que agendar pelo site
246 deles. Diz que a justificativa que tiveram na época da criação do Parque foi a
247 preservação do manancial. Parabêniza o Sr. José Carlos Carvalho e Paulo Ribeiro pela
248 criação do Parque. Diz que a COPASA sempre deu e dá todo apoio ao Parque. Diz que
249 sempre coloca os brigadistas, mas não tem nenhuma gestão do Parque Lapa Grande. O
250 nome da COPASA só aparece no decreto. Tudo está nas mãos do IEF. Sugere que a
251 Promotoria convoque uma reunião com o IEF, a SUPRAM, o Conselho do Parque, a
252 COPASA. Diz que infelizmente a COPASA acabou com a Diretoria de Meio Ambiente
253 e vai ficar a nível dos distritos. Pede que esta ata chegue às mãos do Secretário Sávio. O
254 **Presidente** diz que a situação de queimadas, de incêndios em parque parece que virou
255 uma coisa endêmica neste ano de 2015. Diz que, na região de Diamantina, também se
256 está sofrendo muito com isso. Diz que o governo fez um decreto de emergência no mês
257 passado por causa dos incêndios no estado e deve estar preparando uma estratégia para
258 2016. Imagina-se que esteja trabalhando uma estratégia para prevenção de incêndios
259 que, neste ano, foram terríveis. Diz que acredita que seja pelo grande período de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

260 estiagem em todo o Norte. **Aramis Mameluque Mota** diz que vai levar o Secretário
261 Tadeu Martins Leite. Diz que, o Conselho há dois representantes da COPASA, Sóter e
262 Ponciano, que, apesar de cada um estar representando uma entidade. São funcionários
263 da COPASA. Entende que é um momento muito oportuno. Têm-se dois secretários
264 importantes da região. Com essa co-gestão da COPASA, deve-se acentuar esse
265 convênio, ser mais bem administrado, de modo que a COPASA possa atuar de maneira
266 mais efetiva, tanto em usufruir recursos como também na contrapartida. O **Conselheiro**
267 **Felix Vinicius Froes Medeiros** diz que a COPASA está passando por uma
268 reestruturação de algumas diretorias. Foi extinta a Diretoria de Meio Ambiente, mas o
269 novo organograma ainda não foi concluído. Qualquer evento da responsabilidade da
270 Companhia de Saneamento no estado com o Meio Ambiente vai ficar com estrutura fora
271 dos distritos. Continua em Belo Horizonte dando apoio. Continua a Divisão a
272 Superintendência ligada com o Meio Ambiente. O **Presidente** passa ao item 4 da pauta.

273 **4. Exame da Ata da 120ª RO de 14/10/2015.**

274 O Presidente coloca a ata em discussão. O **Conselheiro Daniel Oliveira de Ornelas**
275 solicita que, na linha 416, se mude “alterar” por “operar”; e, na linha 485, substitua-se
276 “cumprimento” por “descumprimento”. O **Presidente** coloca a ata em votação. O
277 **Conselheiro Renan Milo**, representante do CODEMA se abstém por não ter estado
278 presente. Também se abstém pelo mesmo motivo os **Conselheiros Wellington**
279 **Ricardo, da OAB, o Conselheiro Félix Vinicius, representante da SEDRU, o**
280 **Conselheiro Edvaldo Marques.** O **Presidente** informa que a ata está aprovada com
281 04 abstenções e com as modificações propostas pelo Conselheiro Daniel. Passa aos itens
282 seguintes da pauta.

283 **5. Processo Administrativo para exame de Alteração de Condicionante de** 284 **Revalidação da Licença de Operação:**

285 5.1 Trevo Derivados de Petróleo Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de
286 abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e
287 postos revendedores de combustíveis de aviação - Montes Claros/MG - PA/Nº
288 03652/2001/007/2013 - Condicionante nº 04 - Classe 5. Apresentação: Supram NM.

289 **6. Processo Administrativo para exame de Definição do Perímetro de Proteção das** 290 **Cavidades Naturais Subterrâneas da Revalidação de Licença de Operação:**

291 6.1 JLX Mineração S/A - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou
292 sem tratamento- Montes Claros/MG - PA/Nº 00238/1993/006/2013 DNPM
293 806.656/1975 – Classe. 5. Apresentação: Supram NM.

294 Destaque para o **Ministério Público.**

295 O **Presidente** coloca em votação o **item 5.** Processo Administrativo para exame de
296 Alteração de Condicionante de Revalidação da Licença de Operação:

297 5.1 Trevo Derivados de Petróleo Ltda. É **aprovado** por unanimidade.

298 **6.1 JLX Mineração S/A** - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou
299 sem tratamento- Montes Claros/MG

300 O **Presidente** abre ao destaque do Ministério Público. O **Conselheiro Daniel Oliveira**
301 **de Ornelas** levanta questões e faz-se a discussão. O **Presidente** questiona se algum
302 Conselheiro ainda quer manifestar-se. Coloca em votação em votação o item 6 da 121ª
303 RO do COPAM. **6. Processo Administrativo para exame de Definição do Perímetro**
304 **de Proteção das Cavidades Naturais Subterrâneas da Revalidação de Licença de**
305 **Operação: (Observar as correções propostas pela SUPRAM)**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

306 **6.1 J LX Mineração S/A** - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou
307 sem tratamento- Montes Claros/MG - PA/Nº 00238/1993/006/2013 DNPM
308 806.656/1975 – Classe. 5. Apresentação: Supram NM.

309 O **Conselheiro Daniel Oliveira de Ornelas** se abstém. O **Presidente** informa que está
310 **Aprovado** com uma abstenção. O **Presidente** apresenta condicionante do Ministério
311 Público do Estado de Minas Gerais para o PA/Nº 00238/1993/006/2013. Redação:
312 “Apresentar estudos complementares necessários à definição das áreas de influência
313 sobre o patrimônio espeleológico presente no empreendimento, seguindo as diretrizes e
314 orientações técnicas elaboradas pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de
315 Cavernas – CECAV, especialmente aquelas contidas no documento ‘Áreas de influência
316 sobre o patrimônio espeleológico- Orientações básicas à realização de estudos
317 espeleológicos – CEPAV 2013. Prazo: 60 dias.” Coloca em votação. O **Conselheiro**
318 **Ézio Darioli** se abstém. Abstenções não identificadas na gravação. O **Conselheiro**
319 **Edvaldo Marques** diz que ficou na dúvida se o esclarecimento por parte do analista da
320 SUPRAM atendeu ou não a proposta, por isso se abstém. O **Conselheiro Juvenal**, da
321 FAEMG, se abstém. Um **Conselheiro** não identificado se abstém. O **Presidente**
322 informa que está **aprovada** com três abstenções. Agradece a presença dos Conselheiros
323 e demais pessoas e declara encerrada a reunião.

324 **7. Encerramento.**

325 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual
326 foi lavrada a presente ata.

327

328 Esta é a síntese da reunião do dia 11 de novembro de 2015.

329